

## ESPAÇOS POLÍTICOS LOCAIS ATRAVÉS DAS ONDAS DO RÁDIO: O CASO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

### LOCAL POLITICAL SPACES THROUGH RADIO WAVES: THE CASE OF COMMUNITY RADIOS

TATIANA LEMOS DOS SANTOS BORGES

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
tatianalemos09@yahoo.com.br

**RESUMO.** Apesar de sua forte relação com a formação da opinião pública ao longo da história brasileira, argumentada por Matos (1994) e Rêgo (2008), o rádio tem sido sucessivamente posto de lado na discussão sobre o papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública. Ao mesmo tempo, dados recentes do Ministério das Comunicações reforçam o crescimento do número de emissoras de rádio na última década, chegando ao total de 9.184 emissoras em 2011, das quais 4.196 são comunitárias. Estes dados indicam a valorização do papel do rádio e da escala local na análise da política nacional e da prática democrática. Ainda que tema de discussão em diversas disciplinas, a relação entre a comunicação, o espaço e a política tem sido pouco apreendida pela geografia. O desenvolvimento de uma abordagem espacial do tema, aprofundando-se na discussão da relação entre a comunicação e o exercício da política em escala local, é importante para refletir sobre como estes meios mobilizam o cotidiano do cidadão. Neste sentido, as rádios comunitárias, fenômeno relativamente novo na comunicação brasileira, tornam-se objetos interessantes por seu papel diferenciado na criação e dinamização dos espaços políticos. Elaborar um panorama destas rádios na tentativa de compreender qual a lógica espacial que orienta este crescimento e quais os fatores primordiais para sua instalação e funcionamento trará grandes avanços a esta análise. Todavia, será necessário traçar o escopo conceitual para embasar a discussão, na tentativa de definir como será abordada a escala local e os espaços políticos. Como ponto de partida entende-se que a valorização da escala local, como escala onde a política entra em ação e a cidadania é posta em prática, levou a criação de mecanismos de participação e de mobilização, dando a comunicação comunitária importante papel nos debates locais. Segundo Lourenço (1997) as rádios comunitárias se tornam uma arena pública de discussão e definição de opinião e posicionamento da própria comunidade, dependendo do contexto de sua criação e funcionamento. Entretanto, a detenção de um veículo de comunicação comunitária, por apresentar vocação para influenciar na formação da opinião pública, pode ser usada como um mecanismo preservação e expansão do eleitorado. Estes distintos usos das rádios comunitárias brasileiras têm dado espaço a uma lógica ambígua, pois, ao mesmo tempo em que mobiliza comunidades em prol de suas necessidades, elas também são usadas como estratégia eleitoral e barganha política. Por fim, compreender qual a lógica de funcionamento destas rádios e qual o seu papel na formação de espaços de discussões locais ajudarão a perceber como os mecanismos de “democratização” das comunicações brasileiras têm sido apropriados em diversas escalas, em diferentes espaços e de diferentes formas.

**PALAVRAS-CHAVE.** GEOGRAFIA POLÍTICA, MÍDIA, RÁDIOS.

**ABSTRACT.** Radio has been successively put aside from the discussion regarding the role of media in shaping public opinion, despite its strong relationship with the formation of public opinion throughout Brazilian history, as Matos (1994) and Rego (2008) have argued. At the same time, the Ministry of Communications reinforce the growth of radio stations in the past decade, reaching the total of 9,184 stations in 2011, which 4,196 of them are community radios. This data indicates the value of the radio and local scale in the analysis of national politics and democratic practice. The relationship between communication, space and politics has not been apprehended by geography, although it's a subject of discussion in many human sciences. The development of a spatial approach for this subject, deepening the discussion of the relationship between communication and the exercise of politics at the local level, is important to reflect how it mobilizes the everyday life. Thus, community radios, relatively new phenomenon in Brazilian communication, become interesting objects for its unique role in the creation and promotion of political spaces. The main issue of this article is to develop an overview of these radios in an attempt to understand which spacial logic drives this growth and which primary factors for its installation and operation will bring major advances to this analysis. However, it will be necessary to trace the conceptual scope to support the discussion in attempt to define how it will be addressed at the local scale and political spaces. This article comprehend that the local is a scale where politics comes into action and citizenship is put into practice where the creation of mechanisms for

participation and mobilization are allowed, highlighting the importance of the community communication in local debates. According to Lawrence (1997), community radios become a public arena for discussion, defining of opinion and positioning of the community, depending on the context of its creation and operation. However, the detention of a medium shows the vocation to influence the formation of public opinion, then it can be used as a mechanism of electorate preservation and expansion. These different uses of Brazilian community radio have given it an ambiguous logic, while mobilizing communities towards their needs, they are also used as an electoral strategy and for political bargaining. Finally, understanding the logic of operation of these radios and what is their role in the formation of spaces for local discussions will help to show how the mechanisms of “democratization” of Brazilian communications have been appropriated at different scales, in different places and in different ways.

**KEYWORDS.** POLITICAL GEOGRAPHY, MEDIA, RADIOS.

## APRESENTAÇÃO DO TEMA

Este trabalho buscará abordar a relação entre a geografia, o território e as rádios comunitárias. O rádio foi o primeiro meio de comunicação de massa a se instalar no Brasil, em 1922. Desde então ele vem se firmando como um meio de comunicação consistente, capaz de alcançar diversas camadas sociais e de se relacionar diretamente com o cidadão, tornando-se, em alguns momentos da história do país personagem principal do cenário político-eleitoral e da comunicação entre o governo e a população.

Ao considerar a efetividade política de um meio de comunicação, Charaudeau (2007) argumenta que todo meio de comunicação é regido por duas lógicas: uma econômica e outra simbólica. O autor entende que a lógica simbólica compreende a vocação que todo meio de comunicação possui para participar diretamente da formação da opinião pública. Desta forma, Ferreira (2006) afirma que o rádio apesar de ser um veículo muitas vezes posto de lado, ele se relaciona claramente com a formação da opinião pública: Para o autor nas últimas décadas a importância deste meio de comunicação tem sido subavaliadas (ou depreciadas) em favor de novos meios e novas tecnologias.

Ao mesmo tempo, dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações comprovam que o número de rádios autorizadas no país tem crescido consideravelmente, chegando, em 2011, ao total de 9.184 emissoras. Destas, 4.196 são comunitárias e 465 educativas de acordo com o Observatório da Imprensa. Ao considerarmos a formação da opinião pública como lógica simbólica, argumentada por Charaudeau, o rádio se destaca. A facilidade de acesso (tanto quanto ao custo de um aparelho de rádio, quanto pela quantidade de rádios instaladas no país), sua ubiquidade no território brasileiro e o fato de acompanhar o ouvinte em diversas atividades têm feito do rádio um meio de comunicação diferenciado, fazendo parte do cotidiano do cidadão.

Ao mesmo tempo a facilidade de instalação, o baixo custo de manutenção das emissoras e sua forte relação com a escala local fazendo dele um meio de comunicação ideal para pequenas comunidades.

Baptista (2009) acrescenta que ainda na década de 1930, o dramaturgo Bertold Brecht, propôs modificar a utilização do rádio observando a necessidade de o rádio se “comunicar” com a sociedade e com as comunidades. Na década de 1970 este texto serviu para embasar o movimento das rádios livres, para Mattelart (1991) o rádio seria um aparelho de comunicação de grande importância para vida pública, contudo, para o autor, este meio só se tornaria este canal quando passasse a se relacionar com o ouvinte, fazendo com que este participe de seu funcionamento.

O grande crescimento das rádios comunitárias no país reaviva os debates sobre o tema e reafirma a tendência de valorização das relações em escala local. Nesta escala a cidadania se apresenta e a democracia entra em prática, sendo a rádio comunitária um novo aspecto destas relações, servindo como mediadora das relações políticas entre os interesses da comunidade e dos líderes locais.

### **PROBLEMÁTICA/QUESTÃO CENTRAL**

De acordo com a legislação brasileira as rádios comunitárias devem seguir normas rígidas sobre o conteúdo a ser veiculado por elas, estas devem consistir em um canal de comunicação dedicado a comunidade e servindo para divulgar ideias, manifestações culturais e hábitos locais. “As entidades detentoras de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária devem ser abertas à participação de todos os residentes na área de cobertura da rádio, bem como a sua programação deve ser aberta à participação da sociedade”. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2013, s/p)

Ainda de acordo com a legislação, estas rádios não devem ter fins lucrativos ou possuir vínculos com instituições políticas ou religiosas. Apesar da estreita definição dos usos e regras aplicadas a estas rádios, o MinCom parte de um pressuposto territorial para diferenciá-las, estas são rádios de baixa potencia com alcance máximo de 1 km, atendendo somente a pequenos bairros e vilas.

Atualmente as outorgas destinadas a radiodifusão comunitária são concedidas pelo Ministério das Comunicações e autorizadas pelo Congresso Nacional, pois a constituição federal define que a única esfera capaz de legislar sobre a telecomunicação e radiodifusão é a federal. Desta forma, a radiodifusão comunitária que atua em escala local tem de se articular em esfera federal para que possa ter sua outorga autorizada.

Este longo processo de outorga em conjunto com as rígidas normas previstas por lei tem provocado discussões sobre a apropriação das rádios comunitárias para fins políticos e eleitorais, dando margem a uma dialética entre o potencial e o fim planejado para estas rádios e os diversos usos que estas têm apresentado nos últimos anos.

Logo, a problemática central deste trabalho é entender como a distribuição espacial das rádios comunitárias brasileiras se relaciona com as características intrínsecas as regiões em que estão inseridas, e como estas características locais (como a presença de elites influentes ou o histórico de ativismo) podem estar relacionadas a concessão de outorgas das mesmas.

Entende-se que este esforço de compreensão da lógica espacial de dispersão destas rádios é essencial para que se diferencie seus usos e para que se possa relacioná-los aos condicionantes locais. A seguir seguem as questões as quais este trabalho procurará responder:

- Existe uma lógica de dispersão destas emissoras de rádio comunitárias? Esta é perceptível espacialmente?
- A distribuição espacial destas rádios está relacionada aos condicionantes locais das mesmas? Estas podem se relacionar a grupos locais específicos?

## INTERLOCUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Apesar da temática dos meios de comunicações ser pouco abordada pela geografia, as rádios comunitárias apresentam uma territorialidade e um aspecto espacial de grande interesse para a mesma. Elas estão relacionadas a uma ação em diversas escalas, bem como a formação e mobilização de espaços políticos locais e a política em território nacional.

A discussão das rádios comunitárias enquanto espaços de formação da opinião pública é necessária para que possamos compreender qual será a função destas na formação dos espaços públicos políticos, de decisão e discussão das necessidades e aspirações de uma determinada comunidade.

Segundo Gomes (2012), o espaço público se caracteriza como o lugar em que se institui o debate, onde os conflitos tomam forma pública, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento. O autor ainda afirma que o espaço público pode ser visto simultaneamente como um lugar material e imaterial, já que estes são capazes de unir uma dimensão física a uma dimensão abstrata de comunicação social.

A definição de espaço público pode ser relacionada ao princípio de uma rádio comunitária. Neste caso a rádio comunitária se caracteriza justamente por dar voz e visibilidade a necessidades da comunidade em que se insere, sendo também um espaço de discussão comunitária. Todavia, para atingir as aspirações apresentadas neste trabalho é preciso buscar avançar na discussão destes espaços, buscando compreender a dimensão política que lhes é inerente.

Castro (2012) aprofunda a discussão, entendendo que apesar de um espaço público ser em essência um espaço político, estas definições não devem ser reduzidas uma a outra. Em artigo de 2004, a autora afirma que existem dois tipos de espaços públicos, aqueles políticos e os não políticos. O espaço não político seria aquele do ver e ser visto, da publicidade, dos iguais. Em contrapartida o espaço público político seria o das regras necessárias ao convívio dos livres diferentes. Neste sentido, Castro (2012) argumenta que um espaço público político seria um território onde interesses se organizam, as ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade e ao uso do espaço.

Portanto, a ideia de um espaço da política está relacionada à aceitação de que a política possui autonomia na vida social e que fenômenos políticos podem qualificar o espaço. Para a autora o “espaço político seria aquele circunscrito pelas ações das instituições políticas (instituído) e das forças instituintes, que lhe conferem um limite, dentro do qual há efeitos identificáveis e mensuráveis” (CASTRO, 2012).

Em sua concepção, o espaço político é aquele que se delimita pelas regras e estratégias do poder político, aquele da coerção legitimada pelos atores sociais. “Em outras palavras, um espaço político demarca um território onde interesses se organizam, as ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade e ao seu espaço e onde existe a possibilidade do recurso à coerção, pela lei ou pela força legítima.” (CASTRO, 2004)

Estes espaços se diferem por ser o lugar do livre enfrentamento das diferenças, onde a política é utilizada como forma de mediação dos conflitos e interesses. No caso das comunidades em que as rádios comunitárias se inserem, o espaço político seria justamente o do debate entre os diferentes, visando aprimorar a convivência social.

Segundo Lourenço (1997) as rádios comunitárias se tornam uma arena pública de discussão e definição de opinião e posicionamento da própria comunidade, dependendo do contexto de sua criação e funcionamento. Logo, a escolha deste conceito se fundamenta na necessidade de compreender qual o espaço concreto da política local e como ele se forma, entendendo que a existência de um meio de comunicação como o rádio, em escala local, terá um papel diferenciado na formação da opinião pública, na organização destes espaços e na disseminação de ações e decisões estabelecidas nos mesmos.

Estas rádios apresentam forte ligação com a escala local, principalmente no espaço urbano. Esta ligação reforça a sua importância, pois sua área de atuação permite um nível diferenciado de conexão com a comunidade, Ferreira (2006) centra sua discussão no fato destas rádios permitirem a valorização do “local” e o protagonismo do ouvinte, que passa a fazer parte de um espaço em que as mensagens são produzidas, passa a ter voz ativa, e não apenas ser destinatário da mesma. Portanto, o caminho percorrido pelas rádios livres e comunitárias e as definições atribuídas ao veículo estão ligadas a construção de um espaço político local.

Destarte, a escala deste fenômeno – as rádios comunitárias – é a local, porém esta se articula a outras escalas para que tenha permissão para seu funcionamento. Em uma primeira abordagem, utilizaremos a contribuição de Souza (2013) a respeito do conceito de escala. Apesar de compreender a escala como uma construção social, Souza (2013) fornecerá subsídios para a definição de uma tipologia que auxilie esta análise. De acordo com o autor a escala local se refere a recortes espaciais que expressam a possibilidade de uma vivência pessoal do espaço na qual há a possibilidade de formação de identidades sócio-espaciais particulares sobre a base dessa vivência, sendo assim “ (...) na escala local, a participação política direta se mostra mais viável, notadamente no que concerne à possibilidade de interações entre as pessoas em situação de copresença (ou seja, contatos face a face).” (SOUZA, 2013).

Todavia, apesar de entender a escala local como a escala da possibilidade da participação direta, o autor introduz uma subdivisão que será interessante para o desenvolvimento das análises propostas neste trabalho, à escala Micro local, esta compreende recortes territoriais passíveis de se experienciar diretamente no cotidiano. Seriam o quarteirão, o sub-bairro, o bairro ou setor geográfico; este nível de escala é onde se apresenta a auto-organização comunitária quanto ao planejamento estatal (através de assembleias e etc.), para o autor “ (...) é também nessa escala que eles poderão monitorar mais eficientemente a implementação de decisões que influenciam sua qualidade de vida no cotidiano”. (SOUZA, 2013)

Logo, percebe-se que o fenômeno das rádios comunitárias, por estar diretamente relacionado à escala local, fornece novos elementos para a discussão da política nas comunidades em que estão inseridas, pois estas são um elemento criado para suprir as lacunas da comunicação nas comunidades em que estão inseridas.

Em último momento, faz-se necessária uma revisão sobre a trajetória das rádios comunitárias no Brasil, para compreender qual o contexto de sua criação e como se chegou ao quadro atual brasileiro. De acordo com Matos (1994), com o advento da democracia de massa na sociedade moderna, a política, seja como discurso, estratégia ou ação, não se realiza de forma eficaz sem a mediação comunicativa e seu suporte: Os meios de comunicação.



As rádios comunitárias brasileiras tiveram origem no movimento de rádios livres surgido na Europa e nos E.U.A na década de 1970. Estas se caracterizam pelo discurso de democratização dos meios de comunicação e pela ilegalidade. Contudo, ao mesmo tempo em que sua formalização visava à construção de uma comunicação mais democrática, o histórico de seus usos mostra que muitas vezes estas são usadas para manter monopólios e articular a manutenção de elites políticas locais.

As rádios livres, em essência, tentavam construir um espaço autônomo de manifestação política longe dos laços institucionais, de acordo com Guatarri (2005) *apud* Leal (2007) estas rádios representavam a utopia de ajudar movimentos de emancipação dos países em que se localizavam.

Andriotti (2004) argumenta que as rádios livres desafiavam o monopólio Estatal através de transmissões ilegais, segundo a autora seus integrantes buscavam a democratização dos meios de comunicação e elas seriam na realidade as precursoras dos movimentos democratizantes que surgiram nos anos 80. Uma das principais características destas rádios seria o caráter coletivo de sua gestão.

Todavia, autores como Cunha (2005) e Cheval (2003) *apud* Leal (2007), argumentam que estas rádios não desafiariam o monopólio Estatal, uma vez que não questionariam o modelo de concessão por parte do Estado, suas reivindicações giravam em torno do modelo econômico das rádios comerciais.

De acordo com a autora, “As rádios livres criadas nas décadas de 1970 e 1980 em vários países do mundo podem ser compreendidas como resultado do rompimento do estado de subordinação da sociedade civil em relação à estrutura organizativa da mídia oficial” (LEAL, 2007:112)

No Brasil, assim como em países europeus, as rádios livres foram importantes para a consolidação e institucionalização das rádios comunitárias. A luta pela institucionalização destas rádios ganhou ecos nacionais durante a constituinte e o processo de redemocratização, dando destaque principalmente a discussão sobre a democratização da mídia. De acordo com Leal (2007), este tipo de rádio se proliferou pelo mundo, com diferentes designações em diversos países, e em contextos de instalação diversos, contudo sua bandeira sempre foi à democratização do acesso a comunicação.

Para Leal (2007) o termo comunitária, utilizado em alguns países da América Latina e na América do Norte, visa fortalecer a ideia de pertencimento destas rádios a uma comunidade específica delimitada por limites geográficos, já em países anglo-saxões se utiliza o termo mídia comunitária para estabelecer a ideia de um conjunto de pessoas que compartilham um território e o poder de ação sobre ele. Por fim, o termo rádio livre, utilizado na Europa e em alguns países da América Latina, tenta transmitir a ideia de uma espaço de liberdade fora das estruturas estatais.

Compreende-se então que a diferenciação dos termos utilizados para designar estas rádios relaciona-se as estruturas locais de cada país ou região, mostrando qual a principal bandeira levantada neste locais à época de sua criação.

Na América Latina espanhola<sup>1</sup>, estas rádios sempre foram vinculadas a movimentos de protesto político e econômico, principalmente na época das ditaduras impostas no continente. Neste período foram intituladas de rádios populares. Em um primeiro momento, por não haver nenhum tipo de regulação sobre este tipo de rádio, estas eram tomadas como um modelo de

<sup>1</sup> O termo foi escolhido na tentativa de diferenciar o processo ocorrido no Brasil do processo pelo qual as rádios livres passaram em outros países da América Latina.

comunicação alternativa a radiodifusão comercial e tradicional. Este viés não é mais comum a estas rádios, uma vez que após sua regulamentação estas passaram a não concorrer com rádios comerciais tradicionais, se tornando uma forma de mobilização restrita a escala micro local.

Considerando o contexto em que as rádios comunitárias se institucionalizaram no país, Perruzo (2003) as define como tendo a finalidade de servir à comunidade e contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania. A autora ainda afirma que a programação destas rádios deve ser definida de forma a se centrar na realidade local, preocupando-se principalmente com a difusão da cultura e compromisso com a cidadania.

Entretanto, Leal (2007) acredita que a definição dos usos das rádios livres ou comunitárias é permeada por uma lógica ambígua, de acordo com a autora, estas rádios tanto servem para a publicidade (como forma de divulgação de produtos), como possuem atribuições políticas e sociais, questionando modelos vigentes e funcionando como espaços da prática democrática.

Todavia, enquanto na América Latina estas rádios surgiram como forma de comunicação e levantamento das bandeiras dos operários, trabalhadores rurais, indígenas e povos marginalizados, no Brasil, a institucionalização das rádios comunitárias não passou por este histórico de guerrilhas, contudo, não se pode negar o papel político destas já que muitas vezes estão relacionadas a denuncia de injustiças sociais contra a população local.

Por fim, entende-se que as rádios comunitárias apresentam uma territorialidade diferenciada, pois seu raio de atuação é bem delimitado e de curto alcance. Entretanto, a forma como o processo de concessão e outorga é encaminhada faz com que haja certa aproximação entre a escala local e nacional, esta proximidade tem contribuído para o quadro de utilização deste meio como barganha política.

## RESULTADOS PARCIAIS

Atualmente o Brasil conta com 4.888 rádios comunitárias, estima-se que em 2011 o Ministério das Comunicações possuía mais de 11.000 projetos ainda não analisados. O grande diferencial do rádio enquanto meio de comunicação e, atualmente, das rádios comunitárias é o fato de ser um fenômeno ubíquo em todo o território nacional.

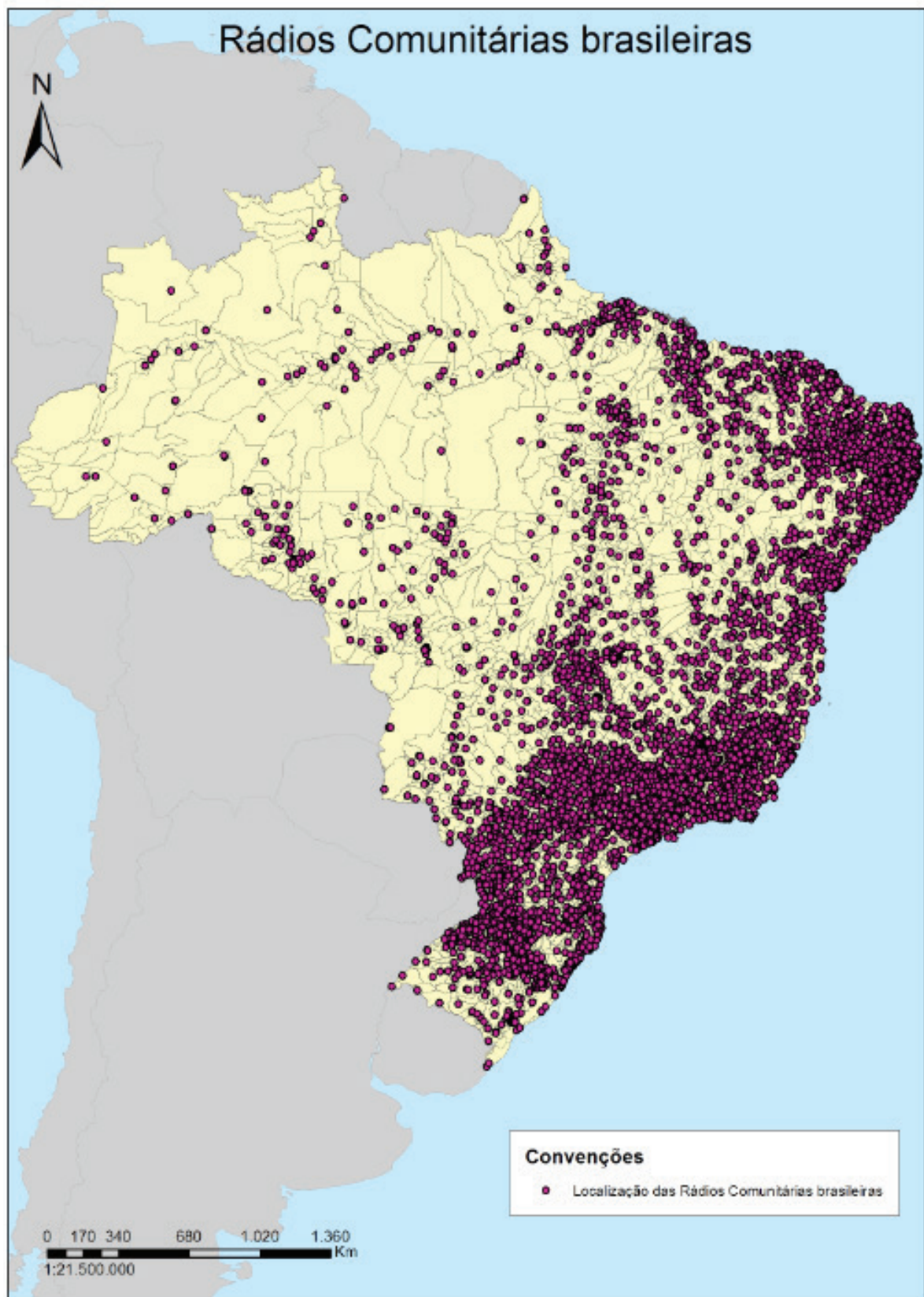
O mapa ao lado elaborado possui a localização das mais de 4.000 rádios comunitárias brasileiras. É possível perceber que apesar de sua grande densidade na faixa litorânea de tradicional ocupação, estas rádios atingem quase todo o território nacional, estando presente nas regiões Norte e Centro-Oeste – que possuem menor densidade populacional.

Esta forte presença das rádios comunitárias em todo o território também pode ser atribuída ao seu principal diferencial, seu baixo custo de instalação e manutenção. Segundo a AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias – (S/D), a popularidade dessas emissoras se deve às facilidades técnicas e ao baixo custo de instalação das mesmas.

A associação ainda atribui o crescimento destas rádios a recente rearticulação da sociedade civil em busca de transformações políticas e sociais. Notam ainda que “(...) As rádios comunitárias brasileiras iam surgindo justamente em regiões economicamente desfavorecidas e muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos.” (AMARC, S/D)

Portanto, o grande crescimento de rádios comunitárias no Brasil pode representar sua forte

**FIGURA 1** – Localização das rádios comunitárias brasileiras



**Fonte:** Ministério das Comunicações, Anatel e IBGE.



ligação com o espaço político local, suas necessidades e bandeiras. Contudo, o modelo de concessão de radiodifusão comunitária no Brasil apresenta um contraponto ao objetivo inicial destas rádios ao centralizar a decisão na esfera federal, articulando-a a escala local ao mesmo tempo em que promove a utilização das mesmas para fins próprios e políticos.

Desta forma, o processo de concessão destas rádios se torna um exemplo oportuno de como diferentes escalas políticas interagem ao mesmo tempo em que mostra como este meio de comunicação pode ser utilizado como estratégia eleitoral de determinados candidatos para sua eleição.

O processo de concessão de radiodifusão comunitária presume que, primeiramente, a comunidade manifeste junto ao MinCom o desejo de sediar uma rádio. Em seguida o ministério analisará a viabilidade e dará seu parecer quanto à instalação da mesma, por último os gestores da rádio deverão entregar toda a documentação que comprove estar cumprindo com todos os requisitos necessários e, após a análise o ministério deferirá ou não o pedido. Se deferido o processo segue para o congresso nacional onde a outorga é autorizada por um período de dez anos, renováveis por mais dez.

Todo este trajeto é demorado e centralizado em Brasília, o que tem arrastado um grande número de processos no ministério e aumentado a quantidade de rádios piratas em funcionamento. A centralização desta etapa em esfera federal facilita o apadrinhamento político nestas rádios, Santos (2006) atribui o nome de Coronelismo eletrônico a estrutura da comunicação brasileira pautada no compromisso recíproco entre o poder nacional e o poder local estimulando uma rede de influência entre o poder público e os chefes locais que possuem outorga de meios de comunicação.

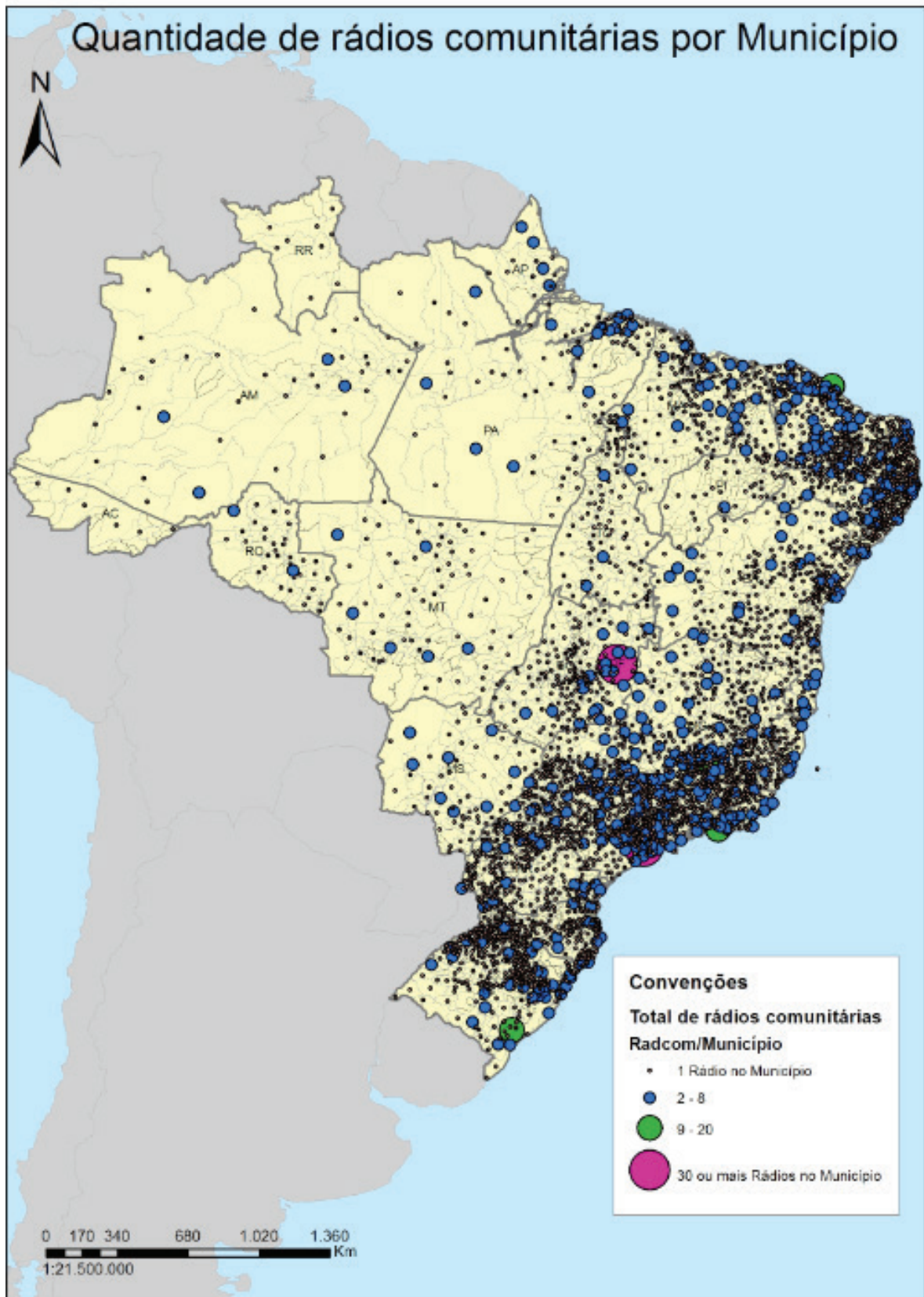
Contudo, o conceito de coronelismo eletrônico foi pensado para dar conta do domínio político das rádios comerciais, porém a situação das rádios comunitárias brasileiras não se encontra muito distante deste quadro.

De acordo com a figura ao lado, percebe-se a quantidade de rádios comunitárias por município. Apesar de sua ubiqüidade, alguns municípios concentram um número maior destas rádios, nota-se, contudo, que estes não estão concentrados somente na faixa litorânea com destaque para o interior do país – Minas Gerais, interior de São Paulo, Goiás e Noroeste do Rio Grande do Sul.

Quanto às principais cidades, o domínio do uso político pode explicar o grande número de rádios nas cidades de Brasília – capital federal onde ocorre todo o processo decisório – e São Paulo – Maior centro financeiro e econômico do país. Entende-se que a facilidade do acesso a escala federal nestas cidades seria maior, facilitando a emergência de rádios comunitárias nessas cidades. Revela-se importante frisar o destaque das capitais estaduais, conforme esperado.

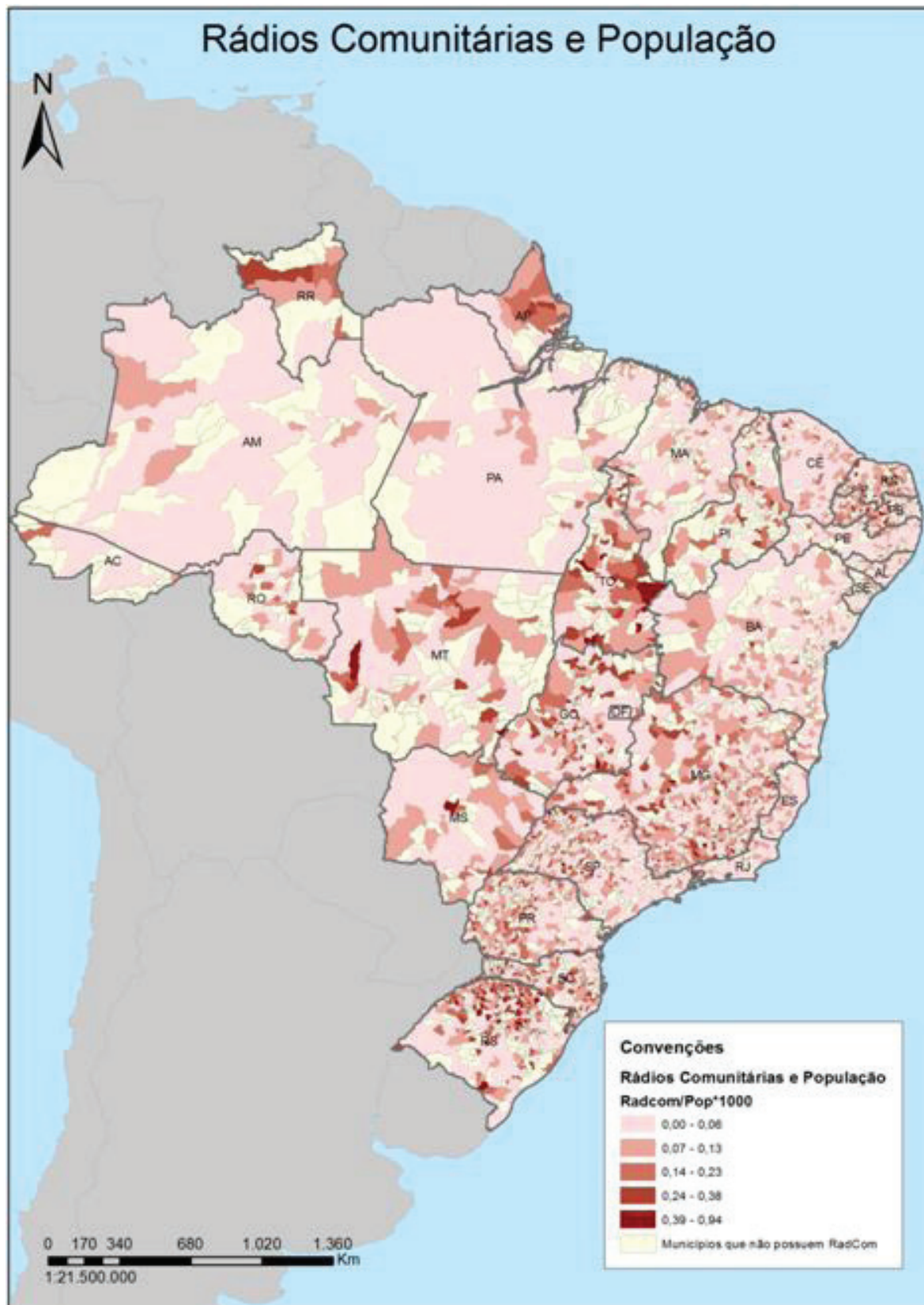
Como última análise, faz-se necessário definir quais os dois principais usos dados a essas rádios. Lourenço (1997) vincula a discussão das rádios comunitárias com a esfera pública proposta por Habermans (1984), ele argumenta que à medida que existe uma superexposição de um determinado tema – ou uma opinião pública específica – na esfera pública, torna-se inevitável à atenção por parte das autoridades políticas, dando destaque às demandas de comunidades ou grupos menores. Desta forma, o autor acredita que as rádios comunitárias se tornariam uma arena pública de discussão e definição de opinião e posicionamento da própria comunidade, é claro,

**FIGURA 2** – Rádios Comunitárias por Município



FONTE: Ministério das Comunicações, Anatel e IBGE.

**FIGURA 3** – Rádios Comunitárias/População Municipal<sup>2</sup>



**Fonte:** Ministério das Comunicações, Anatel e IBGE.

<sup>2</sup> Para facilitar a análise os dados das rádios foram divididos por 1.000 habitantes: RadCom/1.000 hab.



dependendo do contexto de sua criação e funcionamento

Conforme abordado acima, estas rádios são, muitas vezes, vinculadas a políticos e servem a causas próprias. Santos e Caparelle (2006) entre outros, atribuíram aos coronéis eletrônicos o domínio sobre as rádios comerciais, entretanto, Lima e Lopes (2007) introduziram a idéia de um coronelismo eletrônico de novo tipo. Os autores argumentam que as rádios comunitárias são, em grande parte, controladas por políticos locais ou por vínculos religiosos que estabelecem uma nova forma de coronelismo eletrônico sobre as comunidades em que estão instaladas.

Portanto, a forma de concessão das rádios comunitárias e o fato de seu processo de fiscalização ser centralizado na capital federal têm contribuído para o grande aumento das rádios dominadas por político. Todavia, uma análise espacial destes dados mostra que parte destas rádios estão localizadas em regiões com forte histórico de ativismo, o que indica que a sua presença pode se relacionar ao engajamento local e às lutas comunitárias.

O destaque da região Norte bem como do noroeste do Rio Grande do Sul são evidências de como o alto número de rádios comunitárias em relação a população pode se relacionar ao histórico de lutas comunitárias locais. Parte-se da premissa de que a região Norte possui um histórico de ativismo diferenciado bem como o Noroeste do Rio Grande do Sul onde as rádios tiveram, historicamente, um papel importante para a comunicação local e para integração com o resto do estado.

Por fim, o fato de estados não tão populosos possuírem um alto quantitativo de rádios comunitárias nesta análise pode ser atribuído as oligarquias e políticos locais com maior facilidade para proporcionar um salto de escalas e interagir com relações políticas em escala federal, dentre estes casos destacam-se Tocantins e Mato Grosso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou demonstrar esta clara relação entre as rádios comunitárias, a política e o território. Entender a comunicação comunitária como instância importante para a percepção do funcionamento da política para além dos meios institucionais, mesmo que este seja um mecanismo criado e regulamentado pela máquina estatal, revela sua importância para a espacialidade da política e sua relação com as articulações de base e formas não institucionalizadas de participação, como as associações de moradores e organizações políticas locais.

Ao mesmo tempo mostra que práticas territorializadas na política local tem se apropriado deste novo meio como forma de manutenção e preservação do poder. Portanto, o cerne deste trabalho foi elucidar como a distribuição espacial destas rádios se relaciona com estas práticas espaciais pré-estabelecidas, sejam elas associativas ou de elites políticas locais.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado sobre Meios de Comunicação, Espaço Político e Território na qual muitas das lacunas não abordadas neste trabalho tornarão a ser tema de debates. Dentro da temática ainda se inserem outros trabalhos realizados dentro do Grupo de Pesquisa sobre Política e Território – GEOPPOL – coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iná Elias de Castro no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGG UFRJ.



**REFERÊNCIAS**

- AMARC. *Documento final para a Audiência Temática: Situação das rádios comunitárias no Brasil*. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2013/03/CIDH-RadCom-Documento-final-3.pdf>. Acesso em: 29 de julho de /2014.
- ANDRIOTTI, C. DIAS. *O movimento das rádios Livres e Comunitárias e a democratização dos meios de comunicação no Brasil*. Campinas, 2004.
- BAPTISTA, A. *Rádios Comunitárias e desenvolvimento Local*. Lisboa, 2009.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*; tradução Angela S.M. Corrêa. 1.ed., 1ª reimpressão. São Paulo. Ed. Contexto, 2007.
- CASTRO, I. E. de. CORREA, R.L. GOMES, P. C. da C. (org.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.
- \_\_\_\_\_. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. *ALCEU* - v.4 - n.8 - p. 141 a 155 . Rio de Janeiro, 2004.
- FERREIRA, G. S. N. *Rádios comunitárias e poder local: estudo de caso de emissoras legalizadas da região noroeste do estado de São Paulo*. p. 1-309, 2006.
- HABERMANS, J. (1984). *The theory of communicative action*. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press.
- LEAL, S. *Repensando a Rádio Comunitária no Brasil : desafios e perspectivas para as Políticas Públicas*. v. 1, p. 1-16, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Rádio Comunitária, Espaço Público e Democracia: Estudos de casos na França e no Brasil*. Tese de doutorado, Brasília, 2007.
- LIMA, V. A. ; LOPES, C. A. *Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo*. 1. ed. São Paulo: Observatório da Imprensa, 2007. v. 1. 333p
- LOURENÇO, A. L. *Rádios comunitárias como arenas públicas : contribuições para a análise e construção democrática*. 1997.
- MATOS, H. (org.). *Mídias, Eleições e Democracia*. São Paulo. Editora Página Aberta. 1994
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Rádiodifusão Comunitária*. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao-comunitaria>>. Acesso em: 06 de novembro de 2013.
- PERRUZO, C. M. K. *Mídia Local e suas interfaces com a Mídia Comunitária*. 2003.
- SANTOS, S. CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, Valério Cruz & BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. 1 ed. São Paulo, 2005, v.1, p. 77-101.
- SANTOS, S. E-Sucupira. *O Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras*. Ecompos, Brasília, 2006.
- SOUZA, M.L. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.